**Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado Do Espirito Santo – PROFISCO II ES**

**Secretaria de Estado da Fazenda do Espirito Santo – SEFAZ/ES**

**BR-L1517**

| **Necessidades / Causas** | **Evidências / Magnitudes** | **Produtos / Soluções** | **Indicador de Meta de Produto** |
| --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTE 1. GESTIÓN FAZENDÁRIA y TRANSPARENCIA FISCAL** | | | |
| **Objetivo Específico 1:** Está orientado a melhorar os instrumentos de gestão corporativa, modernizar a infraestrutura tecnológica e a transparência fiscal. | | | |
| **Resultado esperado 1:** aumento do cumprimento das metas de planificação estratégica planificadas. ((Das xx metas planejadas em 2017 somente yy foram alcançadas). | | | |
| * 1. **Sínteses das necessidades:** O processo decisório da SEFAZ não está baseado num planejamento estratégico com metas e indicadores para avaliação.  1. As políticas e diretrizes para a gestão fiscal (áreas tributária e financeira) não são definidas de forma integrada e suas ferramentas de planejamento e avaliação de resultado são deficientes. 2. A gestão de projetos está dispersa em várias áreas da SEFAZ e suas ferramentas de gestão não atendem aos requerimentos da SEFAZ. | Nota Técnica \_GF1 – Modelo de Governança Pública.   1. Existem 42 áreas prioritárias de SEFAZ que não contam com mapeamento e indicadores de medição de desempenho. 2. Nenhum dos 32 projetos da SEFAZ está estruturado de acordo com a melhores práticas em gestão de projeto. 3. Nos últimos 5 anos a SEFAZ não realizou nenhuma capacitação na área de planejamento estratégico. | * 1. **Modelo de Governança da gestão fiscal implantado,** contemplando**:**  1. **Planejamento estratégico da SEFAZ implantado** com plano estratégico, painel de indicadores institucionais, plano de comunicação e ferramentas informatizadas de gestão de planejamento e de processos. 2. **Escritório de Projetos implantado** com metodologia de preparação, execução e avaliação alinhada às diretrizes e objetivos estratégicos da gestão fiscal, metodologia de gestão de riscos e apoio de ferramentas informatizadas. | * 1. **Línea de base (2017): 0; Meta (2022): 1;**   **Unidad de medida: Modelo.**  **Etapas/acciones:**  Plan estratégico de la SEFAZ implantado (2020);  Metodología de gerenciamiento de proyectos y Gestión de riesgo elaborada (2021);  Plano de Capacitação e Comunicação estratégica implantado (2022) |
| * 1. **Sínteses das necessidades:** Deficiência para realizar uma gestão orientada a processos no Estado.  1. Crescimento exponencial dos documentos referentes a processos administrativos iniciados anualmente pelas diversas entidades estaduais. Grande quantidade de processos de trabalho do Governo são realizados de forma manual, seus documentos não são armazenados de forma estruturada, gerando dificuldade para acessar e processar a informação. | Nota Técnica \_GF1 1.2 Modelo de gestão de processos administrativos da gestão estadual**.**   1. Existem aproximadamente 200 processos administrativos (ex. suplementação de orçamento, solicitação de diárias, etc) prioritários que são realizados de forma manual. Existem um estoque de 1,472.000 de processos em tramitação. Em 2017 foram abertos 410.000 novos processos, somente 285,000 foram finalizados. O gasto com material de escritório e transporte anual é BR$5.0 milhões. | * 1. **Modelo de gestão de processos administrativos da gestão estadual implantado, i**ncluindo:  1. Metodologia de gerenciamento de processos, incluindo a revisão dos processos, da legislação e normas vigentes, customização no BPMS de 150 processos e seus respectivos documentos e as devidas interfaces/integração com os sistemas de gestão do estado (SIGEFES, SIGA, SIARHES, SIT, SEP, EDOCS entre outros). (Nara e Marília) | * 1. **Línea de base (2018): 0;**   **Meta (2023): 1;**  Unidad de medida: Modelo.  Etapas / acciones:   1. 1 Metodologia de gerenciamento de processos com gerenciamento de riscos implantada (2022); 2. 1 Sistema integrado de gestão dos fluxos e documentos dos processos administrativos (2022). 3. 150 Processos automatizados (2023). |
| **Síntese do Problema:** Baixa produtividade e precariedade na prestação de serviços da SEFAZ, evidenciados pelo insuficiente nível de arrecadação do estado.   1. O plano de capacitação e os procedimentos de mobilidade de RH não consideram o perfil de competência dos funcionários envolvidos. 2. Os instrumentos tecnológicos para a capacitação dos funcionários são deficientes. 3. Dificuldade para consolidar e tratar informação de qualidade para a tomada de decisão dos RHs. | Nota Técnica GF1 – Modelo de Gestão de Pessoas por Competência.   1. Somente 344 servidores de carreira, de 833 da força de trabalho da SEFAZ, receberam treinamento no período em 2016 e 2017, porém sem considerar seus perfis de competência. 2. Cada curso tem que ser contratado individualmente. 2017 foram realizados 16 cursos. 3. O atual sistema da gestão de pessoas está obsoleto e desatualizado tecnologicamente e sem integração com outros sistemas do estado. Existem 5 milhões de documentos em arquivos em papel. | * 1. **Revisão de modelo de gestão de pessoas da SEFAZ atualizado,** contemplando:  1. Mapeamento das Competências individuais, análise do perfil da função e do gap de competências; dimensionamento qualitativo e quantitativo da força de trabalho e de sua localização; Plano de desenvolvimento individual (PDI) e definição das Trilhas de Aprendizagem; 2. Readequação tecnológica do espaço multimeios para eventos de capacitação, com estúdio para gravação de aulas *online* e aquisição de equipamentos e materiais de apoio. 3. **Atualização tecnológica com novas funcionalidades e** integração **do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (SIARHES):** Módulos**:** (i)Seleção e Ingresso de Pessoal; (ii) Gestão de Treinamento; (iii) Promoção de Policiais Militares e Civis; (iv) Bônus de Desempenho; (v) Serviços de Autoatendimento; (vii) Automação do processo de atos de pessoal; (viii) Integração com o Sistema de Contabilidade e Finanças (SIGEFES). | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida**: Modelo**.**   1. Planos de Desenvolvimento de competências e formação individual implantados (2022) 2. Espaço multimeios implantado (2020) 3. Sistema Integrado de RH (2023) |
| **Síntese do Problema:** Deficiência no atendimento das demandas de TI, devido ao aumento da informação gerada pelos novos sistemas de gestão do estado e da manutenção dos sistemas legados.   1. O atendimento das demandas de TI não está organizado com base em critérios de priorização. Dificuldade para avaliar o desempenho dos serviços de TI e a magnitude dos níveis de risco; 2. Aumento exponencial do volume de transações e dados recepcionados por la SEFAZ. Dificuldade para tratar grandes volumes de dados, especialmente os referentes a auditoria e fiscalização. | Nota Técnica GF1 – Gestão de TI.   1. Dos 135 projetos iniciados na TI, 45 foram cancelados no período de 2010 a 2017, apontando para um índice de 33,3% 2. Estima-se que até o ano de 2020 a previsão é de cerca de 1 bilhão e 300 milhões de notas fiscais eletrônicas, modelo 55 e 65 armazenadas na base de dados da SEFAZ. | * 1. **Modelo de gestão de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) atualizado, i**ncluindo:  1. Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação. 2. Ampliação da infraestrutura de hardware e software, incluindo a expansão de: rede de telecomunicação, servidores, segurança e capacitação. Ambiente para computação na nuvem. | **Línea de base (2018**): 0;  **Meta (2023):** 1;  **Unidad de medida**: Modelo.  **Etapas/acciones**   1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (2020) 2. Ambiente para computação na nuvem implantado (2022) |
| **Síntese do Problema:** Deficiência na gestão e no planejamento do Órgão Central de Controle Interno (SECONT) e de suas Unidades nos órgãos estaduais.   1. Dificultando na identificação dos processos e atores de alto risco e suas magnitudes. 2. Deficiência na geração e disseminação de informação aos órgãos públicos e à sociedade. Falta de efetividade da OGE/ES para responder a demanda crescente de consultas da sociedade em quanto aos serviços prestados pelo estado. | Nota Técnica \_GF1 - Modernização do controle interno de transparência pública.   1. A SECONT encontra-se entre os níveis 1 e 2 na Avaliação de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM), realizada em **2016 pelo Banco Mundial – Escala de 1 a 5**. 100% dos procedimentos de auditorias e controles internos são realizados de forma manual e presencial. Em 2017, dos 46 órgãos existentes somente 16 foram auditados (71 auditores). 2. Em 2017 a ouvidoria recebeu 9,375 com um tempo médio de resposta de 14 dias. Sendo que as denúncias podem levar até 60 dias, quando o tempo ideal seria de uma semana. | * 1. **Novo modelo de controle interno do Estado implantado,** contemplando**:**  1. Revisão e implantação dos procedimentos de auditoria interna e controle interno, utilizando modelo de gerenciamento de riscos e integridade e sistemas informatizados de apoio a gestão. 2. Revisão e implantação de novo modelo de Transparência das informações públicas e a revisão e implantação da sistemática de Ouvidoria Geral do Estado | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023**): 1**;**  **Unidad de medida:** Modelo**.**  **Etapas/acciones**   1. Modelo de Gestão de riscos e integridade (2020) 2. Procedimentos de auditoria interna aperfeiçoados (2021) 3. Instrumentos da transparência ativa fortalecidos e aperfeiçoados (2022) 4. Sistema de Ouvidoria Geral (2023) |
| **COMPONENTE 2. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL** | | | |
| **Objetivo Específico 2:** Está orientado a incrementar los ingresos tributarios y simplificar el cumplimiento de las obligaciones tributarias de los contribuyentes | | | |
| **Resultado esperado 2:** disminución de la relación entre el costo administrativo de la recaudación y la recaudación tributaria. | | | |
| **Síntese do Problema**  Perda de arrecadação decorrente da ineficiência dos instrumentos de gestão do gasto tributário.   1. Insuficiente conhecimento dos benefícios e isenções fiscais já concedidos e dificuldade para estimar impactos para futuras concessões ou cancelamento. 2. A gestão dos benefícios fiscais é em grande parte realizada de forma manual, sem apoio de metodologias de prospecção e geração de senários. 3. Dificuldade para estimar de forma precisa o GAP fiscal e os benefícios oriundos das renuncias fiscais. (Baixo controle e apuração do gasto tributário. | Nota Técnica AT1 – Renúncia Fiscal.   1. Em 2017 a renúncia fiscal do estado foi de R$ 1.200.000.000,00 (cálculo apenas para as empresas do COMPETE), que representa 13% da arrecadação tributária e corresponde a 1,172 empresas beneficiadas. 2. Dos aproximadamente 132 tipos de convênios de renúncias fiscais vigentes somente um tipo é calculado seu impacto para renúncia. 3. Uma estimação realizada pelo sindicato fiscal (SINDFISCAL) estimou uma sonegação de aproximadamente BR$ 1.0 bilhão anual, representando 10% da arrecadação do ICMS. (GAP de 2.2 bilhões) | * 1. **Sistema de Gestão do Gasto Tributárias implantado, incluindo**.  1. Mapeamento do processo de concessão e controle do gasto tributário na sua totalidade (incluindo a SEDES e outros órgãos) e revisão e ajuste da legislação respectiva. 2. Sistema informatizado de Gestão de benefícios e incentivos fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCMD. 3. Definição de metodologia de estimativa do GAP fiscal; a concessão vinculada a uma estratégia governamental; a identificação dos benefícios fiscais já previstos na legislação estadual; definição de sistemática de monitoramento e avaliação; | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Sistemática.**  **Etapas/acciones**   1. Processos mapeados (2020) 2. Metodologia de estimativa do GAP (2021) 3. Sistema de Gestão de benefícios e incentivos fiscais implantado (2023) |
| **Síntese do Problema:** Perda de arrecadação devido a ineficiência em identificar de forma efetiva e oportuna fraudes comuns e estruturadas na sonegação de impostos.   1. Deficiências no planejamento da ação de fiscalização e nos critérios de alocação dos auditores para as investigações. 2. Dificuldade para realizar fiscalizações massivas em um grande volume de informação utilizando critérios baseados em análise de riscos; 3. Dificuldade para desembaraçar mercadorias e efetuar pagamentos nas transações de comercio exterior. | Nota Técnica AT1 – Fiscalização.   1. Em 2017 o % de arrecadação proveniente das fiscalizações (auto de infrações e notificação de débito – não considera a dívida ativa) foi de 0,39% da arrecadação. 2. Dos 18.000 contribuintes do regime ordinário de apuração, somente 5.5% é fiscalizado. 3. Em média, 1/3 das operações de importação aguardam o desembaraço estadual para o próximo dia útil. | * 1. **Novo modelo de fiscalização implantado**, incluindo:  1. Sistema informatizado de Gestão do planejamento da ação fiscal, com definição de metas e indicadores 2. Sistema informatizado de Monitoramento de contribuintes. 3. Aperfeiçoamento do Sistema de Comércio Exterior – SICEX e integração ao Portal Único de Comércio Exterior 4. Tratamento de Dados e Armazenamento | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida** Modelo  **Etapas/acciones**   1. Plano da ação fiscal institucionalizado (2020) 2. Sistema monitoramento de contribuintes implantado. (2021) 3. Sistema de Comércio exterior aperfeiçoado (2023) 4. Solução de Big Data implantada (2022) |
| **Síntese do Problema:**  Perda de recursos para os contribuintes devido a dificuldade da SEFAZ em julgar de maneira eficiente e oportuna os créditos fiscais devidos.   1. O processo de distribuição e revisão dos processos é substancialmente manual, gerando inconsistências e demora no processamento. O sistema atual de gestão está em uma plataforma obsoleta, não contempla a funcionalidade requerida e não se integra com os sistemas corporativos (SIGTRIB, SICERF (Sistema do Conselho Fiscal). SEP (Sistema Eletrônico de Protocolo), GED, DTe. Deficiência nos instrumentos de apoio a política fiscal. | Nota Técnica Processo Eletrônico do Contencioso administrativo fiscal.   * Tempo médio de solução de um processo administrativo (2017): * Primeira instância: 1358 dias. * Segunda instância: 375 dias. * Demora em encontrar respostas nas buscas utilizando a atual ferramenta de legislação tributária. | * 1. **Processo Eletrônico do Contencioso implantado**, contemplando:      1. Automação do Processo Eletrônico (contemplando workflow), compreendendo todas as etapas; a integração dos demais sistemas da SEFAZ e da PGE; disponibilidade para consulta/vista dos autos pelos contribuintes; soluções para armazenagem eletrônica dos processos existentes; e que permita a participação remota de interessados nos julgamentos do Contencioso Administrativo. Disponibilização do Acesso à Legislação Tributária na WEB. | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Software;**  **Etapas/acciones:**   1. Processos redesenhados no workflow (2021); 2. Contencioso fiscal automatizado (2022). |
| **Síntese do Problema:** Deficiente nível de atendimento aos contribuintes.   1. Dificuldade para atender um elevado número de consultas de atendimento da gestão fazendária. | Nota Técnica Atendimento ao contribuinte.   1. Em 2017 se realizaram 24.307 chamados pelo sistema FALE CONOSCO, além de 9.400 e-mail respondidos pelos atendentes. Somente de temas fiscais. | * 1. **Sistema de Atendimento Integral implantado,** contemplando  1. Modelo de atendimento com base em inteligência artificial (acesso cognitivo), com acesso eletrônico e via telefone. | **Línea de base: 0;**  **Meta (2021): 1**  **Unidad de medida: Modelo;**  **Etapas/acciones:**   1. Sistema informatizado de atendimento (2021). |
| **Síntese do Problema:** Perda de arrecadação devido ao baixo desempenho da cobrança administrativa.   1. Dificuldade para identificar os contribuintes inadimplentes do ICMS e IPVA, porque o processo de cobrança é feito totalmente de forma manual, sem critérios claramente definidos para parcelamento e classificação de risco. A cobrança do ICMS é feita majoritariamente nos parcelamentos rescindidos e avisos de cobranças registrados no sistema de tributação. Não existindo cobrança para o IPVA. | Nota técnica Modelo de Cobrança Administrativa   1. Se estima que em 2018 existem 25 mil processos de cobranças potenciais de ICMS totalizando BR$3.3 bilhões. Por consequência, o estoque da dívida ativa do estado é de BR$ 24 bilhões. De 2013-2017 o montante de inadimplência do IPVA é de BR$115 milhões, 20% da arrecadação anual. | * 1. **Modelo de Cobrança Administrativa implantado, incluindo:**  1. Implantação de um modelo de Cobrança com base no perfil de recuperação do contribuinte do ICMS e IPVA, apoiado por um sistema informatizado de gestão da Cobrança; incluindo interface com o sistema DETRANET para cobrança do IPVA | **Línea de base: 0;**  **Meta (2023): 1**  **Unidad de medida: Modelo;**  **Etapas/acciones:**   1. Sistema informatizado de cobrança (2021). 2. Soluções tecnológicas para cobrança de IPVA (2021) |
| **COMPONENTE 3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO** | | | |
| **Objetivo Específico 3:** Está orientado a aumentar a eficiência da planificação e execução financeira. | | | |
| **Resultado esperado 3:** Redução da discrepância entre o orçamento planificado e o executado. | | | |
| **Síntese do Problema:** Baixa qualidade do planejamento e na gestão dos investimentos públicos.   1. Dificuldades para alinhar as estimativas de receita e despesas com os objetivos e metas prioritárias do governo com o PPA e a LOA em uma perspectiva de gestão por resultados. 2. Deficiência para priorizar, planificar, preparar, executar y monitorar os investimentos do estado. | Nota Técnica AF1 – Planejamento e Execução Orçamentaria.   1. Em 2017 a discrepância entre o orçamento previsto inicialmente e o executado foi de 11%. Ocorreram 617 créditos adicionais na execução do orçamento, num total de 18% do orçamento. 2. Em 2017 dos 21 projetos prioritários em execução nenhum contou com pre-investimento. | * 1. **Novo modelo de planejamento orçamentário e de investimentos orientado a resultado. Incluindo**:  1. **Marco orçamentário de médio prazo com r**eformulação da sistemática de estimativa de receita e projeção de despesa, conexão entre as prioridades dos instrumentos de planejamento e o previsto nos orçamentos anuais. Ajustes no SIGEFES. 2. **Modelo de Gestão de Investimento Público com** integração dos projetos prioritários e as estratégias de governo, uma metodologia de avaliação da viabilidade dos projetos, e com apoio de um sistema informatizado de investimento integrado aos sistemas corporativos. | **Línea de base: 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Modelo**;  **Etapas/acciones**   1. Programação de médio prazo (2022) 2. Sistema de Investimento Público. (2021) |
| **Síntese do Problema:** Ineficiência no uso dos recursos financeiros devido a Ineficácia nos processos de gestão orçamentária e financeira.   1. Descompasso na alocação das cotas orçamentarias e financeiras com geração de restos a pagar (RAP). O sistema SIGEFES não controla os empenhos a partir da cota financeira. A programação financeira é realizada manualmente. 2. Os ativos financeiros não estão devidamente valorizados. Inexistência de legislação nacional ou estaduais específica, assim como ausência de mecanismos para a reserva de contingência para investimentos e gastos estratégicos e institucionais. | Nota Técnica AF2 – Programação financeira.   1. Em 2017 se gerou um RAP (liquidado) no valor de BR$48,1 milhões. Em março de 2018 foram necessárias 2,216 horas de trabalho manual para executar diversas atividades da gestão financeira. 2. Se estima que em 2017 existem aproximadamente BR$ 980 milhões de ativos financeiros que não estão sendo devidamente otimizados. | * 1. **Modelo de Programação e Execução Financeira implantado,** contemplando:  1. Revisão e ajuste da metodologia para elaboração de programação e execução financeira, incluindo o fortalecimento do comitê de gastos e ajustes no sistema informático de gestão de caixa. 2. Implantação de modelo de gestão de ativos do Estado com base em análise de riscos, incluindo a legislação, procedimentos e a política de investimentos; | **Línea de base:** **0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Modelo**;  **Etapas/acciones**   1. Metodologia para elaboração de programação e execução financeira (2022) 2. Modelo de gestão de ativos (2023) |
| **Síntese do Problema**  **Baixo aproveitamento de potenciais economias nas compras públicas do estado.**   1. **O modelo atual de compras é descentralizado, a etapa de planejamento não é estratégica, assim como não aproveita em sua totalidade os preços praticados pelo setor privado;** 2. **As metodologias de cálculo utilizadas para definição de preço de referência demandam demasiado tempo e podem não refletir o preço de mercado.** 3. **Os catálogos de produtos e fornecedores estão desintegrados gerando baixa padronização de produtos adquiridos de uso comum às secretarias e órgãos.** 4. **O sistema SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa) não conta com todas as funcionalidades requeridas, não está integrado com os sistemas de gestão do estado e carece de relatórios gerenciais para apoiar o planejamento e a gestão das aquisições.** | Nota Técnica GF1 – Gestão de aquisições Materiais.   1. Os dez últimos processos licitatórios levaram em média 513 dias do início até a homologação pelo Secretário da SEFAZ. Pregão 82 dias, concorrência 93 dias e dispensa 20 dias. 2. Os preços de referência são utilizados para determinados serviços que representam 10% do valor total de compras. 40% do tempo do processo de compras é dispendido no processo de pesquisa de preço. 3. 75% dos produtos de compra apresentam multiplicidade de códigos. 4. Para atualizar o sistema, será necessário acrescentar 4,800 pontos de função aos 14,000 existentes (40%). | * 1. **Novo Modelo de Gestão de Compras do Estado implantado, contemplando as seguintes atividades:**  1. **Revisão e ajuste do modelo de gestão de compras apoiado por uma política de compras públicas e planejamento anual;** 2. **Implantação de uma metodologia para o uso do preço de referência e planejamento anual das compras.** 3. **Implantação de uma metodologia de elaboração e atualização do catálogo de compras e de fornecedores.** 4. **Atualização da funcionalidade e integração do SIGA aos demais sistemas do Estado.** | **Línea de base (2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Modelo.**  **Etapas/acciones**   1. Modelo de gestão de compras revisado (2020) 2. Preço de referência implantado (2021) 3. Catálogo de compras e de fornecedores elaborado (2022) 4. Sistema SIGA integrado a 5 sistemas (2023) |
| **Síntese do Problema:** Deficiência na qualidade da informação gerada pela contabilidade para a tomada de decisão e prestação de contas   1. Elevado número de transações manuais para realizar a contabilidade de diversos procedimentos patrimoniais, acarretando demoras e riscos de erros. Atualmente 62% da norma contábeis exigidas pela STN estão implementadas. 2. Deficiência na parametrização e integração da informação dos sistemas Tributário (SIT), Administração (SIGA) e Recursos Humanos (SIARHES) com o SIGEFES. | Nota Técnica Gestão contábil aperfeiçoada.   1. A rotina de depreciação leva em média 1 dia para ser realizada para cada um dos 46 órgãos, quando deveria ser feita em tempo real. 2. A contabilização da folha de pagamento leva cerca de 3 dias para ser realizada por cada um dos 46 órgãos, quando poderia ser feita em tempo real. | **3.4. Normas de contabilidade aplicadas ao setor público implantadas.** Incluindo:   1. Definição de regras e políticas contábeis para: (i) contabilização de provisões; (ii) bens de infraestrutura; (iii) ativos decorrentes de transf. Intergovernamentais / receber; e (iv) ajustes para perdas de créditos tributários e dívida ativa. 2. Customização contábil dos sistemas Tributário (SIT), Administração (SIGA) e Recursos Humanos (SIARHES) e integração com o SIGEFES. | **Línea de base: 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Regras;**  **Etapas/acciones**   1. Regras implantadas (2022) 2. Sistemas customizados (2023) |
| **Síntese do Problema:** Ineficiência na gestão dos gastos com desperdício de recursos financeiros.   1. O modelo atual se baseia principalmente nos aspectos quantitativos da execução orçamentária e financeira. Se realizam poucas avaliações sobre a efetividade e a qualidade do gasto. Não se conta com indicadores comuns para a medição dos gastos públicos entre as diferentes Unidades Gestoras. 2. Dificuldade para coletar, processar e gerar relatórios sobre a informação básica para realizar a gestão da qualidade dos gastos. | Nota Técnica – Inteligência do Gasto   1. Gasto médio diário de transporte por aluno no ES = R$16,21. No Município de Conceição de Castelo é 197% maior do que o Gasto médio diário do estado. 2. Os 05 sistemas corporativos do estado (SIGEFES, SEGES, SIGA, SIGHOSP, SIARHES) no contam com interfaces para prover a informação necessária para a gestão de custos públicos. | * 1. **Modelo de gestão de custos públicos implantado**, contemplando:  1. Mapeamento dos processos para o controle dos custos, unidades de gasto e definição de metodologia de avaliação dos custos das unidades. 2. Desenvolvimento de Sistema integrado de coleta de informação e apropriação nas unidades a partir de interfaces com os diversos sistemas de gestão pública do Estado. Geração de BI com a informação coletada. | **Línea de base** (**2018): 0;**  **Meta (2023): 1;**  **Unidad de medida: Modelo.**  **Etapas/acciones**   1. Procedimentos para apuração, monitoramento e avaliação dos gastos definidos (2020) 2. Metodologia de medição de gastos (2021) 3. Sistema integrado de Inteligência do Gasto implantado (2023) |